

A AUTO-AVALIAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA: DO REAL AO DESEJÁVEL

RIBEIRO, Elizabete aparecida Garcia - UEL
elizabetegr@sercomtel.com.br

SOUZA, Nadia Aparecida de – UEL
nadia@uel.br

Área Temática: Educação: Teorias, Metodologias e Práticas
Agência Financiadora: Fundação Araucária

Resumo

O compromisso com uma avaliação mais formativa, no contexto do Ensino Superior, tem suscitado inúmeras discussões, infindáveis debates e críticas diversas relativamente às práticas efetivadas pelos professores no interior das suas salas de aula. No concernente aos instrumentos utilizados para subsidiar a avaliação há, ainda, um longo e tortuoso espaço a ser percorrido na superação do abismo, geralmente aberto, entre a fundamentação teórica e a prática exercitada. Um instrumento aparentemente vem sendo relegado a plano secundário: a auto-avaliação, por isso o objetivo principal do estudo foi determinar o potencial de auto-regulação presente nas práticas de auto-avaliação efetivadas no curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Londrina. Para a consecução do estudo foi eleita a abordagem qualitativa, na modalidade estudo de caso educacional. Os dados foram coletados por diferentes procedimentos: aplicação de questionário, realização de entrevista, análise documental. Realizado em 2007, o levantamento de informações resultou em farto material para análise que gerou o estabelecimento de unidades de significação. Antes e durante a pesquisa, amplo referencial teórico relativo à avaliação da aprendizagem, à auto-avaliação e à regulação da aprendizagem, sempre em uma perspectiva crítica, foi escrutinado com cuidado e atenção. As bases teóricas foram essenciais para orientar a coleta e, mais ainda, a análise dos dados. O estudo revelou que a auto-avaliação tem sido um instrumento avaliativo altamente indicado pelos professores em seus planos de ensino e tem, também, sido utilizados por eles em sala de aula. Todavia, infelizmente, sua implementação está mais focada na auto atribuição de notas pelos alunos, do que na promoção de uma reflexão voltada para a identificação das aprendizagens edificadas e daquelas em processo de apropriação. A nota encerra o processo e retira da auto-avaliação o compromisso com a auto-regulação.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem; Instrumentos avaliativos; Auto-avaliação; Ação docente; Formação de professores.

Principiado

Re-significar a prática avaliativa à luz das novas correntes teóricas e filosóficas, tem sido um grande desafio para estudiosos e pesquisadores da educação. Até porque esta envolve

interesses políticos e sociais que demandam transformações no campo educacional, de maneira a possibilitar a ampliação das perspectivas para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país e, ainda, favorecer a melhoria das condições de vida e de trabalho da população que nele vive.

Este pensamento se confirma perante os novos rumos preconizados para a educação no século XXI. O direcionamento conferido aos processos de formação foi desencadeado com o Plano Decenal de Educação, reafirmado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394, de 1996, e sacramentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997.

Não é singelo mudar paradigmas, nem é simples re-significar práticas avaliativas, principalmente quando estas mudanças envolvem re-educar o olhar para contemplar mais detidamente os processos e não os produtos, para fitar mais atentamente os erros na perspectiva de indicadores diagnósticos de novas etapas de desenvolvimento e de aprendizagem, para mirar o aluno concreto – ser humano que vive e convive em um contexto e em um tempo. Não é fácil conferir voz e vez aos educandos, nem é simples desviar, mesmo brevemente, o olhar do ensino para centrá-lo na aprendizagem e na sua regulação, pelo reconhecimento de que é fundamental, também, “[...] formar o aluno para a regulação de seus próprios processos de pensamento e aprendizagem, partindo do princípio de que todo ser humano é, desde a primeira infância, capaz de representar, pelo menos parcialmente, seus próprios mecanismos mentais” (PERRENOUD, 1999, p.112).

A auto-avaliação promove a ampliação do “[...] olhar crítico do que se faz enquanto se faz” (HADJI, 2001, p.102), favorecendo o autocontrole e a determinação na consecução de tarefas e atividades diversas, bem como desenvolvendo “[...] processo mental interno pelo qual o sujeito toma consciência dos diferentes momentos e aspectos da sua atividade cognitiva” (HADJI, 2001, p.103). Ela é um instrumento essencial à consecução da avaliação formativa, até porque favorece “[...] um diagnóstico interno alimentado pela linguagem do outro. [por meio do qual] todo o trabalho de tomada de consciência, de distanciamento, de apreciação opera-se internamente: é o próprio sentido de uma avaliação em primeira pessoa” (HADJI, 2001, p.104), fazendo emergir alguns **questionamentos**: A auto-avaliação tem se constituído em um procedimento avaliativo utilizado pelos professores do Ensino Superior? Como os professores do Ensino Superior, principalmente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, têm se valido desse instrumental – como auto-avaliação ou autonotação?

Responder tais questões suscitou como objetivo maior ao direcionar este estudo: **determinar o potencial de auto-regulação presente nas práticas de auto-avaliação efetivadas no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina – UEL.**

Percurso Metodológico

Para o desenvolvimento desta pesquisa, buscando encontrar as respostas aos questionamentos que surgiram, elegeu-se a abordagem qualitativa, que implica análise profunda dos dados, envolvendo texto e contexto, informações e percepções. Para Bogdan e Biklen (1994, p.45) na pesquisa qualitativa “[...] não é possível raciocinar ou conceptualizar para além da localização do eu num contexto histórico social específico, desta forma, essa perspectiva enfatiza a interpretação e a escrita como características centrais da investigação”.

A fim de melhor compreender como vem sendo utilizada a auto-avaliação enquanto ferramenta para uma avaliação formativa, o estudo de caso educacional configurou-se como a metodologia de pesquisa mais adequada. A escolha decorreu da circunscrição do espaço de investigação: o curso de Licenciatura em Pedagogia, da UEL, para nele mergulhar selecionando uma peça – a auto-avaliação – para analisá-la minuciosamente sem perder de vista a totalidade do contexto.

O estudo foi realizado junto ao curso de Licenciatura em Pedagogia da UEL, que em 2007 contava com 66 (sessenta e seis) professores em seu corpo docente, atendendo aproximadamente 615 (seiscentos e quinze) alunos, distribuídos em três turnos: matutino, vespertino e noturno. Entrementes, um olhar retrospectivo e longitudinal direcionou a atenção para os alunos que integram o último ano do curso. Por isso, a coleta de dados pretendeu abarcar os 143 (cento e quarenta e três) alunos que integram os quartos anos. Todavia, apenas 70 consentiram participar e, destes, 56 o fizeram de maneira plena.

Para efetivação da pesquisa foram eleitos diferentes procedimentos de coleta de dados: questionário, entrevista e análise documental. As informações recolhidas foram analisadas e interpretadas de maneira criteriosa à luz do referencial teórico, possibilitando a elaboração de um texto, cuja pretensão foi favorecer a melhor compreensão do estudo realizado e suas possíveis contribuições no tocante à utilização da auto-avaliação como ferramenta avaliativa.

A Auto-Avaliação: acertos e equívocos

A avaliação formativa tem por prioridade a regulação da aprendizagem. Mas o que significa regulação? Santos (200_, p.1) entende “[...] por regulação da aprendizagem todo o acto intencional que, agindo sobre os mecanismos de aprendizagem, contribua directamente para a progressão e/ou redireccionamento dessa aprendizagem”. A regulação provinda da avaliação formativa é, no entanto externa ao aluno, uma vez que é de responsabilidade “[...] de quem ensina, o que determina que sua execução no processo de ensino-aprendizagem implique um elevado custo para os professores devido à sua intervenção constante nos processos de coleta de informação e de regulação” (JORBA; SANMARTI, 2003, p.32).

Direcionar a avaliação da aprendizagem para a auto-regulação, ou seja, aquela regulação realizada pelo próprio sujeito da aprendizagem, é uma possibilidade para auxiliar o professor em seu trabalho. É neste contexto que se insere a auto-avaliação.

Os dados revelaram que a auto-avaliação é uma prática avaliativa utilizada por vários professores do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEL. 98% dos alunos que responderam ao questionário, afirmaram terem realizado auto-avaliações. Esse percentual foi de 100% entre os entrevistados. Todos vivenciaram essa ferramenta avaliativa, mesmo que em apenas algumas disciplinas.

A auto-avaliação, como instrumento de avaliação, é um ato complexo que exige “[...] um mergulho da pessoa em seus sentimentos, emoções, posicionamentos” (DESPRESBITERIS, 2002, p.83). Por isso, é uma ferramenta que possibilita envolver o aluno como um todo em seus aspectos afetivos, sociais e cognitivos, ao suscitar nele “[...] um olhar crítico consciente sobre o que se faz, enquanto se faz” (SANTOS, 200_, p.2). Assim, o aluno é levado a aprender a refletir conscientemente sobre suas ações no decorrer do processo de aprendizagem.

Os alunos, aparentemente, compreendem esta missão das práticas auto-avaliativas, pois reconhecem que as atividades de auto-avaliação permitem uma descrição geral sobre suas aprendizagens. Nas respostas que registraram nos questionários, 78% dos alunos afirmaram gostar de realizar auto-avaliação e apontaram como razão o fato deste instrumento avaliativo proporcionar a reflexão sobre o processo de aprendizagem e sobre seu fazer. Assim eles explicitaram esta característica da auto-avaliação:

Gosto de realizar as auto-avaliações, porque é um momento no qual eu reflito sobre os meus conhecimentos, sobre meu esforço e as minhas dificuldades, fazendo uma análise do processo e destacando os aspectos positivos e negativos. (ALUNO 18)

Apesar de, muitas vezes, não chegarmos a conclusões satisfatórias, acredito que são produtivas, pois podem ajudar a detectar dificuldades e falhas no meu aprendizado, já que propiciam reflexão sobre meu desempenho, isso me possibilita corrigi-las posteriormente. (ALUNO 26)

A auto-avaliação me leva a refletir sobre meu desempenho na disciplina e em conseqüência repensar minhas dificuldades. (ALUNO 28)

É um momento em que posso refletir sobre o que tenho a melhorar. (ALUNO 30)

Reflito sobre minhas atitudes e ações o que me possibilita me organizar e tentar melhorar. (ALUNO 31)

É um momento de reflexão sobre a minha aprendizagem para saber o quanto evolui, possibilitando-me repensar sobre o erro e o que não consegui atingir, posso melhor e perceber essa melhora. (ALUNO 41)

Posso fazer uma reflexão de minha atuação como discente, reconhecendo minhas conquistas, limitações e dificuldades e assim diagnosticar as possíveis melhoras. (ALUNO 49)

Porque é um momento no qual paramos para refletir acerca do que aprendemos ou não. (ALUNO 50)

Ao instigar no aluno o pensar e o repensar do próprio saber, desvendando as aprendizagens efetivadas e/ou por efetivar, a prática auto-avaliativa contribui para apreender os fatores que dificultam e, muitas vezes, impossibilitam a apropriação do conhecimento, condição essa essencial a uma tomada de decisão.

Propiciar condições para ajudar o aluno a pensar sobre si mesmo e o que tem realizado, é prepará-lo para uma aprendizagem significativa na caminhada da vida. Para que a auto-avaliação tenha êxito é preciso que o professor acredite no aluno e ofereça condições favoráveis à aprendizagem, pois só assim este se sentirá seguro, confiante e manifestará autenticidade. (SANT'ANNA, 1999, p.94).

Nos questionários explicita-se a compreensão dos alunos acerca das finalidades para o exercício da auto-avaliação corroborando os comentários dos alunos. A leitura destes, permite concluir que os alunos realizam a primeira etapa do processo: a reflexão sobre si, podendo ou não, desencadear a auto-regulação. A trajetória será concluída quando a auto-avaliação favorecer, “[...] através da educação, [que] o aluno seja capaz de parar, pensar, concluir e continuar a escalada do conhecimento com pés firmes, consciência tranqüila e garantindo seu próprio progresso” (SANT'ANNA, 1999, p.33).

Ao analisar e perceber os avanços e os erros cometidos o aluno pode buscar formas de superá-los e traçar outros caminhos para vencer as dificuldades, responsabilizando-se assim pelo seu próprio desenvolvimento. Desta forma, a auto-avaliação propicia ao aluno tornar-se

sujeito ativo no processo educativo, como pode ser constatado no comentário do Aluno A:

A auto-avaliação permite que o aluno possa ver como ele está, onde está e o que precisa fazer para galgar um degrau a mais. Isso é um movimento de mão dupla onde os dois, professor e aluno, estão juntos vendo em que momento cada um está no processo o que possibilita a ambos buscarem estratégias para melhorar. Penso que este movimento duplo é muito mais produtivo, pois é muito provável que sua duração seja mais longa.

A auto-avaliação contribui, ainda, para o desenvolvimento da autocrítica e da autonomia dos educandos. Por conseguinte, os alunos necessitam cada vez menos da regulação externa promovida pelo professor, pois, ao se perceberem ativos no processo de aprendizagem, os próprios educandos serão “[...] capazes de oferecer a si mesmos as informações necessárias para desenvolver suas aprendizagens” (MASETTO, 2003, p.154).

A auto-avaliação é um recurso muito importante e deveria ser mais utilizado, sobretudo no ensino superior, pois permite ao indivíduo, que está em processo de formação, adquirir maior autonomia e responsabilizar-se por sua aprendizagem. (ALUNO 22)

A auto-avaliação é um instrumento válido quando se deseja desenvolver a autonomia, a autocrítica e a reflexão no aluno. Através deste instrumento avaliativo o aluno se sentirá mais valorizado ao poder opinar sobre sua aprendizagem, tirando todo aquele poder do professor. (ALUNO 12)

No entanto, promover a auto-avaliação não é eximir o docente de responsabilidades no ato avaliativo. É, ao contrário, co-responsabilizar ambos os atores, professor e aluno, em um processo que requer participação e empenho mútuo. Ao professor cabe “[...] a responsabilidade de construir um conjunto diversificado de contextos facilitadores para o desenvolvimento da auto-avaliação, tornando o aluno cada vez mais autônomo” (SANTOS 200_, p.2). Mesmo porque, “[...] a auto-avaliação, como processo de autocontrole cada vez mais pertinente, é uma habilidade a construir” (NUNZIATI, 1990 apud HADJI, 2001, p.103).

Não será na primeira atividade auto-avaliativa, nem com qualquer auto-avaliação que o aluno aprenderá os mecanismos da auto-regulação. É imprescindível que ela seja uma prática constante, favorecendo a reflexão do aluno sobre seus avanços e dificuldades acerca de seu processo de aprendizagem, em detrimento a um processo avaliativo respaldado na pura autonotação.

[...] A avaliação não se tornará automaticamente mais formativa só pela operacionalização de instrumentos ditos de auto-avaliação. Tudo depende do uso que o aluno poderá fazer desse instrumento, do sentido que lhe dará, e de sua participação, a partir disso, em um movimento que favoreça ‘uma auto-regulação geradora de aprendizagem’ (HADJI, 2001, p.105).

Deste modo, é mister o auxílio do professor na proposição de situações facilitadoras do desenvolvimento de uma auto-avaliação regulada por parte do aluno. Neste sentido, Santos (200_) apresenta algumas possíveis estratégias. São elas:

- “Abordagem positiva do erro” (p.2). O erro não deve ser entendido como uma fatalidade, ao contrário ele deve ter “função informativa”, uma vez que revela o raciocínio seguido pelo aluno. Ao invés de castigar o aluno pelo erro, o professor pode questioná-lo, orientá-lo, levando-o a compreendê-lo e corrigi-lo.
- “Questionamento” (p.3). Durante a auto-avaliação o aluno deve refletir conscientemente sobre seu fazer, implicando na capacidade de autoquestionamento. O desenvolvimento dessa capacidade pelo aluno pode ser favorecido se o professor inquirir continuamente sobre o fazer do aluno.
- “Explicitação/negociação dos critérios de avaliação” (p.3). Toda avaliação, para ser realizada, segue critérios pré-estabelecidos pelo professor. Esses critérios devem ser partilhados, até mesmo, negociados com os alunos antes da auto-avaliação. Quando os alunos participam na definição dos critérios, co-responsabilizam-se com o processo avaliativo e “[...] apropriam-se mais facilmente desses critérios”. Não basta, no entanto, explicitar ou negociar tais critérios, é essencial realizar alguns exercícios para que os alunos se apropriem deles.

Neste mesmo sentido, Barbosa e Alaiz (1994, p.3) salientam só ser possível atingir o sentido pleno da auto-avaliação se os alunos forem “[...] capazes de antecipar quais os procedimentos, instrumentais ou cognitivos, a desenvolver para que determinada aprendizagem se realize e possam traduzir essa previsão num plano de acção”. Acrescentam ainda que a auto-avaliação, para ser mais profunda e formativa, requer adequação das práticas pedagógicas. Os objetivos de aprendizagem devem ser explicitados, mais ainda, os alunos devem participar na definição e no ajustamento desses objetivos. Outro ponto destacado por esses autores refere-se à relação pedagógica, esta deve estar assentada na reciprocidade e na partilha.

[...] Trata-se da construção em comum, do processo de ensino-aprendizagem, com base no diálogo e na 'negociação' de todos os momentos que o constituem: definição de objectivos de aprendizagem e critérios de avaliação; planificação das actividades e tarefas de aprendizagem; avaliação dos processos desenvolvidos e produtos obtidos. (BARBOSA; ALAIZ, 1994, p.3-4).

Os critérios de avaliação devem possuir os mesmos significados para professores e alunos, pois a discrepância entre as representações construídas por ambos pode acarretar descrédito do instrumento por parte do professor, limitando, assim, que as informações cedidas pelo aluno na auto-avaliação subsidiem a auto-avaliação docente. Nesse processo, o professor pode comparar suas percepções com as dos alunos, levantando divergências, o que propícia o redirecionamento dos processos de ensino e aprendizagem. No entanto, nem sempre isso ocorre, como pode ser evidenciado no relato de dois alunos:

O professor, da disciplina A, solicitou a elaboração de uma auto-avaliação acompanhada de uma reflexão. Eu pensei em fazer algo diferente, criativo. Fiz uma espécie de portfólio, onde tinha uma reflexão de cada aula, ao final, fiz uma reflexão do todo e como ele tinha solicitado me dei uma nota, levando em conta o trabalho que tive, a criatividade, o diferencial, pois todos da sala escreveram meia folha, justificando a nota, e o meu trabalho tinha dado no mínimo 20 páginas. Ao final do semestre, a surpresa, o professor abaixou minha média, a nota que tinha me dado, pois eu não reproduzi o que ele queria, eu não concordava com alguns pressupostos teóricos que ele apresentava durante as aulas, de maneira velada, por meio de sua práxis, e evidenciei isso no trabalho que fiz, em algumas reflexões das aulas. Percebi que as pessoas que tinham dito que estavam com dificuldades, por serem muito teóricas as aulas, tinham ido bem, pois na verdade o professor queria que "lhes puxassem o saco", queria que os alunos reconhecessem que ele era o máximo, que suas reflexões eram profundamente filosóficas, que sua ideologia era a correta, e que enfim... Essa experiência contrapõe-se com a vivenciada na disciplina B, onde também foi alterada a nota pelo professor, mas dessa vez para diminuir a nota que dei, sem diálogo com o professor somente a nota no mural. Para mim, foi mais uma lição que a universidade me deu. Lição dolorosa, que magoa, que chateia, revolta, mas que serve para nos fazer pensar sobre muitas coisas na dimensão humana do ensino. Fazer pensar, com certeza. (Aluno E)

O depoimento deste aluno revela a vivência de uma concepção de avaliação assentada na imposição, na arbitrariedade e não na cooperação e no diálogo. O professor fez uma solicitação, mas não a considerou, nem mesmo deu um retorno, impedindo que o aluno pudesse tomar consciência de suas lacunas e re-elaborar seus conhecimentos, o que é uma pena, principalmente porque

[...] um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas e regulações sob diversas formas: identificação dos erros, sugestões e contra sugestões, explicações complementares, revisão das noções de base, trabalho sobre o sentido da tarefa ou a auto confiança (PERRENOUD, 1993 apud ALBERTINO; SOUZA, 2003, p.89).

Ao não levar em conta todo o trabalho realizado, o professor também ignorou as informações sobre sua prática pedagógica, negando o ajustamento que poderia implementar em sua ação. A avaliação assim constituída, objetiva apenas a quantificação dos resultados para certificar o aluno, portanto, não apresentando nenhum valor formativo, uma vez que não possibilita ajudar o aluno a aprender e o professor a ensinar (PERRENOUD, 1999).

Fica evidente ainda, a ausência ou a falta de explicitação dos objetivos que direcionam o trabalho pedagógico. Os alunos deveriam justificar sua nota a partir do quê? Reflexão sobre o quê? Quais eram os objetivos para essa avaliação? O quê o professor queria saber? Essas questões deveriam estar muito bem esclarecidas para professor e alunos, mesmo porque “[...] fornecer informações sobre o que se pretende de forma clara tem influência positiva no desenvolvimento dos estudantes e nas relações humanas na escola” (KRASILCHIK, 2002, p.170). Também porque, sem a clareza dos objetivos e critérios de avaliação fica difícil para o aluno confrontar-se e perceber sua real aprendizagem. Sem esse elemento a auto-avaliação se torna pobre no sentido de possibilitar a auto-regulação do aluno.

Este não representa um caso isolado. Em diversos relatos são evidente algumas inconcretudes quanto ao domínio das finalidades e formatos da auto-avaliação por parte de professores do curso.

Um professor aplicou uma auto-avaliação pedindo uma reflexão sobre um determinado texto e em seguida uma auto-atribuição de nota. Nesta reflexão deveria constar a contribuição do texto para nosso aprendizado, se tinha mudado alguma coisa, no final deveríamos nos avaliar. A pergunta era: O que ajudou? Se tivesse respondido: ajudou porque vejo a tecnologia com outros olhos era o meu ponto de vista, mesmo que tivesse escrito apenas uma linha. Eu corri, fiz um monte de coisa, peguei o texto, pois podia consultá-lo, preenchi as três folhas e me dei 90 e ele não levou em consideração o que escrevi, só viu a nota, passou de 90 ele baixou para 70. Ele disse que quem tinha se dado 9 ou mais ele baixou, e quem deu de 7 a 8 ele aumentou a nota. A justificativa dada pelo professor foi que ele considerava que para uma pessoa se dar acima de 9 ela devia estar muito acima mesmo. Eu questioneei a nota na pauta, mas ficou assim mesmo. O professor simplesmente foi por uma aritmética, acima de 9, baixa para 7 e, 7 sobe para 9. Ele não tinha dados para fazer o que fez. (ALUNO C)

Novamente é proposta uma auto-avaliação sem a clareza dos aspectos a serem avaliados, estes devem ser intuídos pelos alunos, uma vez que o instrumento se apresenta como uma carta aberta na qual cada um expressa sua análise acerca do que lhe convier, porém em muitos momentos “[...] a intuição não basta e é preciso, com conhecimento de causa, apelar a grades, testes, procedimentos sistemáticos de observação” (PERRENOUD, 1999, p.125). Assim, a prática auto-avaliativa deve ser muito bem elaborada pelo professor, convertendo-se em um roteiro para “obrigar” o aluno a reconhecer suas aprendizagens e permanências.

Somente percebendo-se é que o aluno poderá conscientizar-se dos ajustes a serem realizados. Não será a nota, ao final do processo, que lhe garantirá a aprendizagem, esta nem mesmo é necessária mas, uma vez solicitada, só pode ser alterada com anuência do aluno, sob pena da completa perda de confiança e respeito, sem os quais, “[...] a avaliação será de pouca utilidade, no sentido de angariar a qualidade que se aspira para o trabalho escolar” (KRASILCHIK, 2002, p.170).

É agonizante a desconfiança do professor acerca do aluno, e pior ainda a falta de coerência na justificativa dele. Se só merecia 9,0 quem realmente estava muito além do esperado, então porque ele aumentou a nota de quem havia se atribuído nota 7,0? Onde ficou a análise qualitativa dos dados cedidos pelo aluno, em sua auto-avaliação? Isso não ocorreu, a única informação verificada foi a nota, que não deveria, para o professor, ser igual ou superior a 9,0. mas então por que ele elevou para 9,0 a nota daqueles que haviam se atribuído 7,0?

Nos dois casos, está implícita uma concepção de avaliação em seu sentido tradicional, deixando claro que nesta perspectiva seria melhor não realizar auto-avaliações, pois elas tornam-se um jogo de adivinhação para definir o que o professor pensa, quer ouvir e a nota a se atribuir. Neste contexto, a reflexão e a análise do aluno perdem o sentido, uma vez que prevalecerá o pensamento, o desejo, a imposição e o autoritarismo do professor, não importando que esta atitude dificulte sobremaneira a regulação da aprendizagem. Mesmo porque, se “[...] a auto-avaliação for praticada em contexto autoritário – como é a regra geral –, pode perder seu sentido formativo e converter-se em ‘fator de correção’ da nota” (VASCONCELLOS, 1994, p.68). Aí reside o perigo da mera autonotação.

Quando a auto-avaliação supera a autonotação possibilita o auto-conhecimento. Ao avaliar seu próprio desempenho o aluno toma consciência de sua realidade em termos de aprendizagem, percebe seus avanços e dificuldades e, conseqüentemente, busca soluções para

superá-las. Assim, a auto-avaliação contribui para o desenvolvimento da auto-regulação, além de enriquecer atributos que propiciam a formação de um homem crítico, participativo e consciente.

Algumas Considerações

A avaliação da aprendizagem em sua função formativa tem um importante papel no processo educativo, tanto para professores quanto para alunos. Por meio dela, ambos têm conhecimento sobre o percurso da aprendizagem, sobre as dificuldades encontradas e os desafios já superados, podendo, com isso, redimensionar a caminhada e promover a aprendizagem. No entanto, para que a avaliação ocorra de forma integral faz-se necessário a utilização de variados instrumentos avaliativos, a fim de obter o maior número de informações possíveis.

Dentre essa variedade de instrumentos, a auto-avaliação se destaca como uma possibilidade de avaliação formativa, uma vez que possibilita ao aluno identificar e compreender os próprios erros e acertos, permitindo o aperfeiçoamento contínuo da aprendizagem e, ainda, desenvolve noções de responsabilidade e atitude crítica e de autocontrole.

A auto-avaliação tem por objetivo maior gerar, junto ao aprendente, o compromisso e o hábito de analisar seus próprios percursos, aquilatar suas conquistas, dimensionar suas realizações. Para tanto, é fundamental que seu exercício não seja episódico e não esteja vinculado à auto-atribuição de nota, afinal, a auto-avaliação envolve o desenvolvimento do autocontrole e da auto-regulação.

A auto-avaliação não deve se constituir em mera conferência de nota, uma vez que esta dificulta uma apreciação sincera do aluno acerca de seu desempenho, de seus esforços, enfim, sobre sua aprendizagem. Na verdade, a auto-avaliação necessita ser desvinculada da nota e tornar-se uma atividade pela qual os alunos possam refletir sobre o que estão aprendendo e sobre suas atitudes nesse aprender, gerando o compromisso com a auto-superação. Assim ela atingirá seu potencial máximo.

Essa é uma prática a solicitar apreensão tanto por professores, quanto por alunos, visto sua utilização inadequada acarretar uma avaliação superficial e irresponsável. Esse aprendizado deve abarcar todos os níveis, em especial precisa efetivar-se no interior dos cursos de formação de professores, na pretensão de criar uma cultura de auto-avaliação. A

falta de hábito na realização dessa prática torna-a dificultosa e desacreditada por muitos.

Uma das dificuldades da auto-avaliação é a falta de costume de pensar sobre a nossa prática, de aluno e de professor também. Temos que pensar, refletir, mas, não conseguimos nem nos expressar, porque não praticamos a auto-avaliação. Não é só na avaliação, mas no dia-a-dia mesmo, a cada aula, perceber o que ficou, colocar no papel, refletindo sobre aquilo. Eu não tinha esse costume. Se tivéssemos essa prática de fazer uma reflexão, não uma reflexão no vazio, mas uma reflexão orientada, direcionada não só do senso comum, mas do conhecimento, penso que seria mais fácil (ALUNO B).

[...] acredito haver uma falta de costume muito grande. Se a auto-avaliação for implantada para o futuro, penso que tudo isso deva ser um trabalhão, acho que muito tabu vai ter que ser quebrado. As pessoas não estão acostumadas, é a mentalidade, não estamos acostumados a nos auto-avaliar. Penso seria necessário um trabalho a longo prazo para que a coisa realmente fluísse (ALUNO C).

Estudar em profundidade a auto-avaliação permitiu desvendar algumas possibilidades no sentido de torná-la uma prática avaliativa mais crítica e efetiva, um elemento eficaz para a co-responsabilização do aluno com a própria aprendizagem. Dessa maneira, a auto-avaliação, para tornar-se mais formativa pressupõe: (a) estar orientada por critérios claros, explicitados e discutidos com os alunos antecipadamente, pois, se eles não tiverem clareza do onde se quer chegar, do que se pretende com a auto-avaliação, não saberão nortear suas reflexões; (b) ser utilizada continuamente, não somente em atividades avaliativas finais, mas em variados momentos do processo de ensino e aprendizagem; (c) diversificar os meios para auto-avaliação. São inúmeras as formas: fichas de registros, diários de aprendizagens, testes de auto-avaliação, dentre outros; (d) ser desvinculada da nota. Esta, embora necessária ao final do processo para certificar o aluno, não deve ser o norte da auto-avaliação. O foco deve estar centrado na reflexão e co-responsabilização do aluno; (e) preservar e ampliar a relação de confiança entre professor e aluno. As informações coletadas nas auto-avaliações devem ser utilizadas para reorientar o trabalho pedagógico, sem punir os alunos.

Essas são apenas algumas das possibilidades. Muito ainda há por conhecer no universo da auto-avaliação, o que indica que a pesquisa não pode parar. O conhecimento nunca está acabado, dessa forma o professor tem um papel de constante investigação sobre as melhores formas de ensinar e de avaliar, colocando-as em prática.

Nessa busca, os alunos sempre têm algo a oferecer, portanto, dar-lhes oportunidade para expor suas percepções, suas aprendizagens, suas dificuldades e suas sugestões, por meio

do exercício auto-avaliativo, torna-se uma possibilidade para fortalecer a relação entre professor e aluno.

Só foi possível conhecer um pouco mais sobre a utilização da auto-avaliação no curso de Pedagogia, porque se obteve a colaboração de muitos alunos, que muito ajudaram na caminhada e tornaram claro que, sem cooperação, sem parceria, sem confiança entre os atores, torna-se praticamente impossível desempenhar um bom trabalho.

Muitas foram as aprendizagens alcançadas pela autora deste trabalho, no decorrer da pesquisa, não somente sobre a auto-avaliação, mas também sobre a avaliação da aprendizagem em sua amplitude, quais sejam: (a) uma boa avaliação configura-se como um método investigativo que busca levantar informações realmente relevantes, detectando as falhas e as dificuldades encontradas pelos alunos, porém centrando-se na possibilidade de superação; (b) o professor é agente primordial na efetivação de toda e qualquer avaliação, inclusive da auto-avaliação; (c) o aluno deve ser envolvido em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem. Quando isso ocorre, permitindo ao educando vivenciar, experimentar, emaranhar-se na ação, o conhecimento, provavelmente, será mais significativo para ele; (d) a auto-avaliação é um caminho profícuo na implementação de um trabalho coletivo entre professor e aluno; (e) a auto-avaliação contribui para despertar a confiança entre professor e aluno, distanciando-se do autoritarismo; (f) o aluno não deve ser punido por seus erros, pois este é o ponto de partida para que ele compreenda suas dificuldades; (g) o questionamento do aluno deve ser estimulado e não podado. Sem efetuar questionamentos constantes acerca do que está realizando, torna-se difícil uma postura auto-reflexiva; (f) a auto-avaliação, quando efetivada adequadamente, possibilita ao professor edificar uma atitude de compromisso e co-responsabilidade com a própria aprendizagem junto ao aluno.

A auto-avaliação configura-se como um amplo e vasto campo, repleto de possibilidades para fazer crescer, no aprendente, uma maior responsabilidade na gestão de suas aprendizagens e de seu desenvolvimento. Entretanto, para que amplie seu potencial, é preciso favorecer a reflexão e suscitar o desejo de auto-superação.

Não é fácil implementar uma avaliação formativa, assim como não é fácil desencadear uma auto-avaliação verdadeiramente significativa, mas, se o desejo for o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, enveredar-se por esse caminho é primordial, e a recompensa virá.

REFERÊNCIAS

ALBERTINO, F. M.F; SOUZA, N. A. Avaliação da aprendizagem na construção de um profissional reflexivo. In: ALVARENGA, Georfravia M; SOUZA, Nadia A. de (Orgs). **Avaliação: possível e necessária**. Londrina: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Avaliação Educacional, 2003. p.67-94.

BARBOSA, J.; ALAIZ, V.. Caminho percorrido... Percurso a construir... Auto-avaliação. In: **Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem**. Lisboa: IIE, 1994. Disponível em: <[http://www.dgidec.min-edu.pt/serprof/acurric/av_es/texto\(33\).pdf](http://www.dgidec.min-edu.pt/serprof/acurric/av_es/texto(33).pdf)>. Acesso em 10 nov. 2007.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

DEPRESBITERIS, L. Os diversos olhares da avaliação na Educação ambiental – Fantasias de uma autora. In: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores,1, 2001, Brasília. MARFAN, Marilda A. (Org.). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação ambiental**. v.3. Brasília: MEC, SEF, 2002. p.78-87. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol3a.pdf> >. Acesso em 12 dez. 2007.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

JORBA, J., SANMARTI, N. A função pedagógica da avaliação. In: BALLESTER, Margarita (et al.). **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KRASILCHIK, M. As relações PESSOAIS NA Escola e a Avaliação. In: CASTRO, Amélia D. de; CARVALHO, Anna M. P. (Orgs.). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p.165-175.

MASETTO, M.T. **Competências pedagógicas do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, L. **Auto-avaliação regulada: porquê, o quê e como?**. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/msantos/textos/DEBfinal.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2007

SANT'ANNA, I. M. **Por que Avaliar? Como Avaliar?: critérios e instrumentos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1999.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, volume 3. São Paulo: Libertad, 1994.